

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REQUERIMENTO

(Da Sra. Luciana Santos)

Requer a realização de audiência pública para tratar do processo de alteração do cumprimento dos objetivos estatais do BNDES, em especial, da antecipação de pagamentos relativos à dívida do BNDES com o Tesouro Nacional e a alteração da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP – e seus impactos na inovação tecnológica da indústria nacional.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública nesta Comissão, para tratar das iniciativas em andamento no Bando Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, em especial a antecipação de pagamentos relativos à dívida do BNDES com o Tesouro Nacional e a alteração da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e seus impactos na inovação tecnológica da indústria nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A participação das empresas estatais no desenvolvimento econômico brasileiro tem sido decisiva historicamente, em especial nos últimos anos. A teoria do desenvolvimento econômico e as experiências de crescimento de diversas economias mostram que a interação virtuosa entre setor público e setor privado, na construção de uma economia nacional, é indispensável para a melhoria da renda e do bem-estar de um país.

Considerando outra perspectiva igualmente relevante para o desenvolvimento brasileiro, podem ser notadas questões significativas sobre a gestão recente do BNDES.

O financiamento de longo prazo no Brasil tem ficado a cargo, historicamente, do BNDES, que mostrou papel determinante na sustentação do investimento na década de 2000 e garantiu recursos para o setor produtivo nacional, a área social e a inovação.

A atual administração do BNDES buscou efetivar pagamentos antecipados relativos à dívida da instituição com o Tesouro Nacional, em meio à retração dos desembolsos de financiamentos. Ainda que tenha havido interpretação favorável do Tribunal de Contas da União com respeito ao pagamento de R\$ 100 bilhões pelo BNDES concretizado em dezembro de 2016, esse consentimento não é incontroverso.

Ademais, a devolução de recursos em meio ao recuo histórico do crédito do BNDES, e do Brasil em geral, torna-se contestável, ao mesmo tempo em que o Banco é acusado de guardar recursos que poderiam ser emprestados¹.

Outra questão a ser colocada é a recente proposta de alteração da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

Além destes temas, ganha exposição pela mídia de outras propostas que estão circulando, como a alteração da exigência de conteúdo local e a redução do estoque setorial dos empréstimos².

O Legislativo deve examinar o norte que está sendo dado às ações do BNDES, para que não ocorra desrespeito à gestão das finanças públicas e ao interesse público, em meio a importância de a economia brasileira contar com sistema financeiro sólido e finanças públicas respeitadas.

¹ Conforme artigo de Fabio Graner no jornal Valor Econômico de 20/02/2017, “Com crédito travado, caixa do BNDES já ultrapassa R\$ 100 bi”, disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4874776/com-credito-travado-caixa-do-bndes-ja-ultrapassa-r-100-bi>.

² Rossi, M.; Mello, G. Da austeridade ao desmonte: dois anos da maior crise da história. Le Monde Diplomatique Brasil. Março, 2017. p. 6 e 7.

Ademais, o referido Banco sempre cumpriu o papel de indução do desenvolvimento nacional e medidas anticíclicas são necessárias para superação do atual quadro de recessão.

Neste cenário, é preciso avaliar o impacto que medidas como esta interferem na capacidade das empresas em suprir a demanda do mercado interno através da inovação tecnológica, que acontece a partir de investimento do poder público em conjunto com condições de mercado.

Diante do exposto, evidencia-se a imprescindibilidade convidarmos os órgãos responsáveis em conduzir a política econômica de forma a induzir a economia, bem como representantes de categorias que possam trazer novos elementos para este debate.

Neste sentido, indica-se para compor a mesa:

- Exmo. Sr. Henrique Meirelles, Ministro de Estado da Fazenda;
- Exma. Sra. Presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social;
- Ilmo. Sr. Thiago Mitidieri, Presidente da Associação de Servidores do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social;
- Ilmo. Sr. Júlio Miragaya, Presidente do Conselho Federal de Economia;
- Ilmo. Sr. João Carlos Marchesan Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos.

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputada Luciana Santos
(PCdoB PE)